

AS ADVERTÊNCIAS DE JOHN FOSTER DULLES

O secretário de Estado John Foster Dulles não se encontrava em Washington quando o Presidente egípcio Gamal Abdel Nasser anunciou, a 26 de Julho de 1956, a nacionalização da Compagnie Universelle du Canal Maritime de Suez. Dulles deslocara-se a Lima para assistir à tomada de posse do novo Presidente do Peru, Manuel Prado y Ugarteche. Ainda em Lima, acompanhou de perto a situação recebendo e enviando constantes telefonemas e telegramas para Washington.

Mas a 29 de Julho já o *The New York Times* anunciava que Dulles se preparava para se juntar ao subsecretário de Estado adjunto Robert Murphy, em Londres, para participar com representantes britânicos e franceses numa primeira conferência tripartida sobre o problema do Suez¹. Dulles chegou a Londres a 1 de Agosto, tendo-se encontrado nesse mesmo dia com Anthony Eden. O secretário de Estado transmitiu ao chefe do Governo britânico a posição previamente concertada em Washington. A «opinião pública» norte-americana, argumentou Dulles, não estava disposta a apoiar uma «iniciativa militar» britânica e francesa que, nesta fase, seria provavelmente interpretada como «motivada por ambições imperialistas e colonialistas» no Médio Oriente e não apenas por preocupações com o regular funcionamento do canal. Ora, de acordo com Dulles, se britânicos e franceses decidissem avançar sem sequer assegurar o «apoio moral» dos Estados Unidos, toda a «operação» seria

um «grande desastre», abrindo caminho para «muitas consequências maléficas, no futuro». Mesmo em termos puramente militares, uma ofensiva britânica era desaconselhável uma vez que, apesar de a «resistência inicial» do Egipto não devesse ser muito «considerável», a prazo, essa resistência tornar-se-ia bastante significativa².

John Foster Dulles procurava convencer as autoridades britânicas a seguirem a via da negociação. Tinha sido essa a política definida em Washington por Eisenhower e pelos seus conselheiros mais directos. O secretário de Estado fazia agora uso de todos os seus recursos, enquanto diplomata, para garantir o sucesso de uma política que ele próprio ajudara a definir. Em termos concretos, a sua proposta ia no sentido de organizar uma grande conferência internacional na qual estivessem presentes todos os estados que haviam sido partes da convenção internacional de 1888 que regulara, no final do século XIX, a navegação no canal de Suez.

Após «discussão considerável», Dulles conseguiu os seus intentos. Eden afirmou que o Governo britânico estaria, enfim, disposto a «tentar» o «método da conferência» proposto por Dulles, com a condição de que esta se realizasse rapidamente e de que a participação britânica não fosse interpretada como «aquiescência *de facto* com a situação existente»³. Após a reunião com Eden, Dulles apressou-se a enviar a Eisenhower uma mensagem de optimismo: «Tive uma conversa prolongada com Eden e Lloyd e discuti o assunto com Salisbury. As coisas não estão a correr mal.»⁴

A 16 de Agosto de 1956 iniciava-se em Londres uma conferência internacional com a presença dos signatários da já referida convenção de 1888. Na conferência seria aprovado um plano promovido pelos Estados Unidos que previa a criação de uma autoridade internacional para a administração do canal de Suez. Como Dulles explicou mais tarde, em reunião do Conselho Nacional de Segurança, houve preocupação em que a Turquia, o Irão, o Paquistão e a Etiópia figurassem entre as nações que aprovaram o plano para evitar o surgimento de uma «clivagem clara entre as potências ocidentais e os estados muçulmanos quanto à questão do Suez». Relativamente às posições do Reino Unido e da França, Dulles não tinha ilusões: «os britânicos e os franceses acabaram por alinhar no plano dos Estados Unidos muito relutantemente e com a esperança óbvia de que Nasser acabasse por não aceitar o plano.» A recusa do líder egípcio seria, afinal de contas, um «pretexto para recorrer ao uso da força»⁵.

Neste mesmo dia, em conversa privada com Eisenhower, Dulles teve a preocupação de conferir com o Presidente qual o posicionamento de fundo dos Estados Unidos relativamente à questão do Suez. A concordância entre os dois homens era por de mais evidente. Dulles disse a Eisenhower ter concluído que, por muito «lamentável» que fosse ver, mesmo que «temporariamente», o «prestígio de Nasser reforçado», não acreditava que a situação no Suez devesse ser «resolvida pela força». Dulles achava que uma eventual crise internacional criada pela ocupação britânica e francesa do canal e de partes do

Egipto seria de muito difícil resolução. O resultado de tal acção seria desastroso: «Eles tornarão toda a população do Médio Oriente e parte da população de África seus ferozes inimigos.» A França e o Reino Unido teriam que assegurar a sua presença através da «força» e, com o tempo, «a sua própria economia seria enfraquecida de modo praticamente irreparável». Pior do que isso, «a influência do Ocidente no Médio Oriente e na maior parte de África perder-se-ia durante uma geração se não mesmo durante um século», ao passo que a União Soviética iria «colher os benefícios de uma Europa Ocidental grandemente enfraquecida e assumiria uma posição de influência predominante no Médio Oriente e em África»⁶.

Cumpriram-se os cenários mais pessimistas traçados por John Foster Dulles. A 24 de Outubro chegavam a Washington as primeiras indicações de que o Governo israelita ordenara a mobilização das suas forças e a 29, de manhã, o próprio Dulles informava o embaixador norte-americano em Paris que o Governo americano possuía já um conjunto de informações apontando para uma acção concertada franco-britânica-israelita que conduziria, a breve trecho, a uma invasão do Egipto por parte de Israel⁷. Nessa noite, consumada a ofensiva israelita, Dulles recordava numa reunião na Casa Branca que talvez fosse impossível para os Estados Unidos, nesta ocasião, apoiarem os seus aliados tradicionais, mesmo que franceses e britânicos com isso contassem⁸. Dois dias mais tarde, numa sessão com os membros do Conselho Nacional de Segurança, expôs assim o dilema americano: «A menos que sejamos

capazes de afirmar e manter a nossa liderança, todos os novos países independentes nos trocarão a favor da URSS. Ficaremos para sempre amarrados às políticas coloniais britânicas e francesas.»⁹ No dia 29, num comunicado oficial, a Administração americana declarava-se disposta, a honrar o seu «compromisso» de «auxiliar as vítimas de qualquer agressão no Médio Oriente». Para tal, pretendia no dia seguinte trazer a situação a debate no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Apesar de uma operação do foro oncológico o ter afastado da direcção do Departamento de Estado durante parte do crítico mês de Novembro, Dulles ainda desempenhou um papel importante na discussão da crise do Suez nas Nações Unidas. A 1 de Novembro, já depois da proposta de resolução conjunta americano-soviética, com um apelo ao cessar imediato das hostilidades, ter sido enviada para a Assembleia Geral, o secretário de Estado proferiu em Nova York um discurso carregado de tons moralistas em que dissociava os EUA da controversa operação lançada pelos seus dois aliados europeus (mais tarde Dulles viria a dizer que se tivesse de escolher um epitáfio para a sua carreira política, ele poderia perfeitamente ser esta intervenção na ONU).

De todas as figuras do Governo norte-americano, Dulles tornou-se o «ódio de estimação» dos diplomatas e decisores

britânicos que, além de o acusarem de ter «torpedeado» a Associação dos Utentes do Canal de Suez, nunca se conformaram com o tom moralista das suas admoestações públicas. Nas suas memórias, Eden considerou-o «tortuoso como uma cobra ferida, mas como muito menos desculpa». Um dos comentários que mais desagradou aos responsáveis britânicos foi proferido em meados de Novembro, quando o secretário de Estado, ainda acamado no hospital, recebeu a visita de Selwyn Lloyd e do embaixador britânico em Washington, Sir Harold Caccia. «Selwyn, por que é que pararam? Por que é que não foram até ao fim, derrubando Nasser?», perguntou Dulles. Ao que o ministro britânico terá respondido: «Mas, Foster, um piscar de olhos vosso teria sido suficiente para prosseguirmos.»¹⁰

Resta acrescentar que, na mesma conversa, como aliás noutros contextos, Dulles fora bastante claro em relação à posição americana: não eram os fins da intervenção britânica e francesa que lhe pareciam censuráveis, mas sim os meios que Eden e Mollet estavam dispostos a usar para prolongar a sua influência no Médio Oriente. E, por muito que isso custasse a britânicos e franceses, neste ponto o secretário de Estado estava em perfeita sintonia com a opinião pública norte-americana e internacional.

■ LUÍS NUNO RODRIGUES

NOTAS

1 *The New York Times*, 29 de Julho de 1956, p. 1

2 «Memorandum of a Conversation between Prime Minister Eden and Secretary of State Dulles, 10 Downing Street-London, August 1, 1956, 12:45 p.m.». In *Foreign Relations of the United States, 1955-1957. Suez Crisis, July 26-December 31, 1956*, vol. XVI [doravante FRUS, XVI], p. 99, consultado em digital.library.wisc.edu/17111.dl/FRUS.

3 «Memorandum of a Conversation between Prime Minister Eden and Secretary of State Dulles, 10 Downing Street, London, August 1, 1956, 12:45 p.m.». In FRUS, XVI, p. 99.

4 «Memorandum of telephone conversation; Eisenhower Library, Whitman File, Eisenhower Diaries». In FRUS, XVI, p. 100.

5 «The Suez Canal Situation». In FRUS, XVI, pp. 326-327.

6 «Memorandum of a Conversation between the President and the Secretary of State, White House, Washington, August 30, 1956, 4:30 p.m.». In FRUS, XVI, pp. 334-335.

7 «Telegram from the Department of State to the Embassy in France». In FRUS, XVI, p. 815.

8 «Memorandum of a Conference with the President, White House, Washington, October 29, 1956, 7:15 p.m.». In FRUS, XVI, pp. 835-839.

9 LOUIS, Wm Roger – *Ends of British Imperialism. The Scramble for Empire, Suez and Decolonization. Collected Essays*. Londres: I. B. Tauris, 2006, p. 660.

10 *Ibidem*, p. 662.